

Rombo do IPC pode ter seu julgamento adiado

A comissão especial de parlamentares encarregada do julgamento do processo movido contra o deputado Gustavo de Faria — acusado de ter provocado um rombo de NCz\$ 14 milhões no Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) — reúne-se hoje, para decidir se concede ou não um novo prazo para apresentação da defesa do parlamentar, por ele solicitado ontem pela manhã. Para ganhar mais tempo e adiar um julgamento que poderá levar à cassação de seu mandato, Faria trocou de advogado e alegou junto à comissão que, por este motivo, necessita de mais 15 sessões legislativas para apresentar sua defesa.

O prazo inicial para apresentação da defesa do acusado termina amanhã e, segundo integrantes da comissão especial, Gustavo de Faria está usando expedientes de procrastinação do processo, contando com a realização do recesso branco — pelo qual os parlamentares ficam desobrigados de comparecer às sessões —, a partir de 15 de setembro. Se o recesso concretizar-se, segundo as fontes, o julgamento, em plenário, de Gustavo de Faria, poderá ser adiado indefinidamente.

De acordo com os membros da comissão, o antigo advogado do parlamentar, Alcino Guedes da Silva, não sabia até ontem que seu cliente trocara de profissional. O novo advogado de Faria é José de Castro.